

ADVERTÊNCIA SOBRE DIRETIVA DE MERCADOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Com a entrada em vigor da Diretiva 2014/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa aos mercados de instrumentos financeiros ("DMIF II"), e a implementação do quadro regulatório nacional com conexo, são introduzidas profundas alterações ao regime aplicável a atividades de intermediação financeira e negociação de instrumentos financeiros.

Este novo pacote legislativo vem dar resposta à evolução dos mercados financeiros, a fim de aumentar a transparência, reforçar a confiança e proteger os investidores.

Em linha com estas exigências, no que respeita à **Categorização de Clientes**, ABANCA Corporación Bancaria, S.A., Sucursal em Portugal (doravante "BANCO"), classifica os clientes numa das três categorias de investidor possíveis: clientes não profissionais, clientes profissionais e contrapartes elegíveis. A classificação inicial que será efetuada pelo BANCO reflete o nível de conhecimentos e experiência do cliente relativamente aos serviços de investimento que pretende contratar.

O BANCO comunicará ao cliente, por escrito, a classificação que lhe é atribuída, bem como, se aplicável, o direito que lhe assiste de solicitar a alteração dessa classificação, bem como as possíveis consequências inerentes à classificação solicitada, nomeadamente no que diz respeito ao nível de proteção que lhe será concedido pelo BANCO.

No BANCO poderá contar com os serviços de **Consultoria para Investimento, Custódia, Receção, Transmissão e Execução de Ordens e Gestão de Carteiras**.

O BANCO disponibiliza-lhe, a todo o momento, cada um dos serviços, de acordo com as exigências legais e regulatórias vigentes, podendo o investimento ser efetuado presencialmente, por telefone ou através da Banca à Distância, dependendo do serviço e produto em questão.

O serviço de **consultoria para investimento** será prestado pelo BANCO numa base **não independente**, não sendo cobrada uma comissão especificamente pela prestação do serviço, mas podendo o BANCO receber pagamentos de terceiros na medida legalmente admissível. No âmbito deste serviço, o BANCO prestar-lhe-á aconselhamento personalizado, caso o solicite ou o BANCO tome iniciativa de o prestar, sem prejuízo das decisões de investimento serem sempre suas, não ficando de forma alguma vinculado ao aconselhamento prestado.

De modo a possibilitar a prestação deste serviço é imprescindível que o BANCO determine os seus objetivos de investimento, tolerância ao risco e capacidade de suportar perdas bem como o seu nível de conhecimentos e experiência em relação a instrumentos financeiros, sem os quais o BANCO não poderá emitir qualquer recomendação, solicitando-lhe para o efeito o preenchimento do **Questionário de Perfil de Risco e Avaliação de Conhecimentos e Experiência**, tendo a todo o momento a possibilidade de realização de novos questionários.

O **Perfil de Risco** considerado, para efeitos de avaliação da adequação do produto em momento anterior à realização da proposta de investimento, será, no caso de Contas de Pessoas Singulares por referência à informação prestada pelo representante da Conta Solidária, ou da Conta com movimentação Conjunta e Mista, sendo assim considerados os conhecimentos, experiência, situação financeira e objetivos de investimento do referido representante. No caso de Contas de Pessoas Coletivas, o Perfil de Risco será definido por um dos

Legais Representantes com poderes para o ato, considerando-se nesse caso a situação financeira e os objetivos de investimento da Pessoa Coletiva e os conhecimentos e experiência do Representante Legal. Caso se trate de um Procurador, o Perfil de Risco determina-se tendo em conta a situação financeira e os objetivos de investimento da pessoa representada, bem como os conhecimentos e experiência do representante.

O titular ou, consoante o caso, o representante do portfolio, pode determinar um **Perfil de Gestão** para o portfolio igual ou inferior ao seu Perfil de Risco, mas nunca superior. Ao apresentar-lhe uma proposta de investimento, o BANCO tem em consideração esse Perfil de Gestão. Independentemente do que antecede, para subscrever os produtos incluídos na proposta de investimento, o BANCO efetuará uma avaliação dos conhecimentos e experiência do ordenante no momento da operação.

A definição do Perfil de Risco é da maior importância para o aconselhamento por parte do BANCO de produtos e serviços que sejam adequados às circunstâncias dos clientes, especialmente no âmbito da **Consultoria para Investimento (Advisory)**.

Sempre que efetue um investimento em produtos financeiros no âmbito do serviço de **Consultoria para Investimento**, o BANCO entregar-lhe-á uma **proposta de investimento**. O BANCO apenas se encontra obrigado a proceder ao **acompanhamento** da carteira e a apresentar-lhe, pelo menos, uma proposta, numa periodicidade anual, caso proceda à execução das operações contempladas numa proposta. Caso contrário, o BANCO não irá acompanhar a carteira, não se encontrando obrigado a apresentar ulteriores recomendações de investimento.

De igual forma, é implementado um sistema de maior detalhe dos **custos e encargos** aplicáveis a cada operação, sendo disponibilizado, sempre que possível previamente à realização de cada operação sobre instrumentos financeiros, um documento que elenca todos os custos e encargos associados a essa operação, em **percentagem e montante**. Esta informação ser-lhe-á entregue, quer se encontre sob o modo de consultoria ao investimento ou de receção, transmissão e execução de ordens.

Por forma a assegurar toda a transparência possível e garantir um nível máximo de proteção e acompanhamento aos seus clientes, as novas regras DMIF II contém igualmente previsões relacionadas com o **registo e arquivo dos contactos entre os clientes e o BANCO**, quando estes se dirigem, ou se possam dirigir, a um investimento em instrumentos financeiros.

Assim, aproveitamos também esta oportunidade para informar que o BANCO irá obrigatoriamente, no âmbito das novas regras, proceder à **gravação e arquivo** de todas as **chamadas telefónicas relevantes**, bem como das **comunicações eletrónicas**, sendo igualmente efetuado um **registo escrito de reuniões presenciais** relacionadas com **instrumentos financeiros**. Neste sentido, e agradecendo antecipadamente a sua compreensão e concordância, informamos que procederemos à **gravação, registo e arquivo** das comunicações relevantes nos termos que antecedem, e de acordo com o estipulado por lei.

Finalmente, recordamos ser imprescindível a leitura das **Condições Gerais** do BANCO, e que contém em detalhe as regras aplicáveis ao Serviço de Intermediação Financeira (**Secções E, F e G** das Condições Gerais).

poderá resultar em perdas, por vezes consideráveis, do montante investido.

Normalmente tais descidas de preço refletem um desequilíbrio entre ordens de venda e de compra, tipicamente devido a uma maior pressão vendedora. Estes desequilíbrios normalmente ocorrem devido a eventos considerados pelos investidores como sendo prejudiciais para os resultados das empresas, face às anteriores expectativas. Tais eventos incluem alterações conjunturais onde as empresas operam (por exemplo de ordem

política, conjuntura económica, alterações a nível do sector de atividade onde se insere) assim como alterações na própria empresa (por exemplo uma perda de patente, fraude, fim de ciclo de vida do seu produto).

Para além deste risco de preço, alertamos para o facto de o investimento em ações ordinárias transacionadas num mercado fora da zona do Euro poder resultar em perdas do montante investido devido a diferenças de câmbio desfavoráveis.

Já no que respeita o investimento em obrigações, e fundos de investimento de obrigações, alertamos para a possibilidade de perdas do montante investido devido ao risco de preço e ao risco de incumprimento.

Os preços das obrigações variam ao longo da vida da mesma, normalmente devido às variações nas taxas de juro. O emitente apenas se compromete a reembolsar o valor nominal no final do prazo da obrigação e a pagar um cupão regular (tipicamente fixo) conforme definido no Prospeto da Emissão, pelo que se o investidor quiser vender as Obrigações antes do final do prazo, poderá ter de o fazer a um preço inferior ao da aquisição, se por exemplo, entretanto tiver ocorrido uma subida generalizada na taxa de juro sem risco patente no mercado.

Quanto ao risco de incumprimento, é possível que o emitente, por incapacidade financeira, venha a não cumprir com a sua obrigação de pagar os juros, e de reembolsar o valor nominal no tempo devido, ou mesmo de reembolsar a totalidade do importe investido. Tal incapacidade poderá resultar em perdas, por vezes consideráveis, do montante investido.

Tal como no caso das ações ordinárias, alertamos para o facto de o investimento em obrigações transacionadas numa divisa que não o Euro poder resultar em perdas do montante investido devido a diferenças de câmbio desfavoráveis.

No que respeita ao investimento e detenção de obrigações

ADVERTÊNCIA SOBRE RECEÇÃO, TRANSMISSÃO E EXECUÇÃO DE ORDENS

Sempre que o objeto de uma concreta operação corresponda a:

- i) Ações admitidas à negociação num mercado regulamentado ou em mercado equivalente ou num sistema de negociação multilateral, com exceção de ações de organismos de investimento coletivo que não sejam harmonizados e ações que incorporam derivados;
- ii) Obrigações ou outras formas de dívida titularizada admitidas à negociação em mercado regulamentado ou num mercado equivalente ou num sistema de negociação multilateral, excluindo as que incorporam derivados ou uma estrutura que dificulte a compreensão dos riscos envolvidos;
- iii) Instrumentos do mercado monetário, excluindo os que incorporam derivados ou uma estrutura que dificulte a compreensão dos riscos envolvidos;
- iv) Unidades de participação e ações em organismos de investimento coletivo em valores mobiliários harmonizados,

emitidas por bancos, bem como de outros créditos sobre instituições de crédito e ações emitidas por bancos, alerta-se os investidores que as ações e outros valores mobiliários (incluindo obrigações e títulos de dívida com pagamento de juros e certificados) emitidos por instituições de crédito, bem como os créditos sobre estas últimas, estão sujeitos a disposições legais específicas.

Estas disposições legais podem afetar negativamente os investidores e as contrapartes de uma instituição de crédito em caso de aplicação de uma medida de resolução a essa instituição.

Para além dos riscos já mencionados, informamos também acerca do risco de investimento em Valores Mobiliários com recurso a crédito, ou seja, a contratação de operações de crédito com objectivo de compra de instrumentos financeiros.

Tal recurso aumenta o risco das operações, devido a um efeito de alavanca financeira, pelo que deve ser apenas utilizado por investidores experientes e com conhecimento sobre os riscos efectivos associados a este tipo de operações.

O efeito de alavanca pode provocar um aumento substancial da exposição às variações do mercado. No caso de descidas das cotações, poderá ser solicitado um reforço do capital inicialmente investido por forma a assegurar o grau de cobertura contratualizada. Pode surgir, também, o caso de os ganhos obtidos no investimento em Valores Mobiliários não serem suficientes para fazer face aos juros do crédito. Já no caso de percas do investimento, as mesmas serão agravadas pelo pagamento de juros do crédito.

Para mais informações acerca dos riscos associados ao investimento em ações ordinárias e em obrigações, sugerimos que contacte o seu gestor de conta ou Promotor (Agente Vinculado).

excluindo organismos de investimento coletivo em valores mobiliários harmonizados estruturados conforme definidos no segundo parágrafo do n.º 1 do artigo 36.º do Regulamento (UE) n.º 583/2010;

v) Outros instrumentos financeiros não complexos, determina a legislação em vigor que o BANCO não é obrigado a avaliação de conhecimentos e experiência. Alertamos, contudo, para o facto de na prestação do Serviço de Receção, Transmissão e Execução de Ordens não beneficiar da proteção correspondente à avaliação da adequação da operação às suas circunstâncias, por parte do BANCO.

Contudo, e de forma a permitir uma melhor adequação da nossa oferta ao seu perfil, fica o nosso convite para apurar o seu perfil de investidor, através de preenchimento do respetivo Questionário. Informe-se com o seu Gestor.

POLÍTICA DE EXECUÇÃO DE ORDENS

Informações sobre os diferentes centros de execução ou intermediários selecionados para a execução de ordens de clientes, bem como os fatores que influenciam a escolha do centro de execução ou intermediário e a importância relativa de cada fator.

Informações sobre os centros ou intermediários nos quais a melhor execução foi sistematicamente alcançada.

Mecanismos para disponibilizar aos clientes do BANCO as informações adequadas sobre a sua Política de Execução.

Mecanismos de obtenção do consentimento prévio dos clientes do BANCO em relação à Política de Execução.

Procedimentos implementados para verificar a equidade do preço proposto ao cliente nos casos em que o BANCO executa ordens contra a sua própria carteira com produtos fora de bolsa ("OTC operacional").

Procedimentos para monitorizar a eficácia dos sistemas de controlo da Política de Execução.

Procedimentos para fornecer informações aos clientes sobre quaisquer alterações importantes na Política de Execução.

Mecanismos para demonstrar aos clientes que a execução das

1. OBJETIVO

A fim de cumprir os objetivos de proteção do cliente e transparência em relação à execução e transmissão de ordens de clientes determinadas pela regulamentação vigente no mercado de valores mobiliários, as empresas prestadoras de serviços de investimento, quando executam ou intermedeiam ordens de clientes, devem tomar todas as medidas necessárias para obter o melhor resultado possível para os seus clientes, tendo em conta diferentes variáveis, tais como preço, custos, rapidez, probabilidade de execução e liquidação, volume, natureza ou qualquer outra consideração relevante para a execução da ordem.

A regulamentação exige que as entidades prestadoras de serviços de investimento estabeleçam e implementem uma política de execução de ordens que lhes permita obter o melhor resultado possível para as ordens dos seus clientes.

Assim, o objetivo do BANCO, neste documento é a definição de uma política de execução de ordens (doravante, a "Política de Execução" ou a "Política") com o seguinte conteúdo mínimo, conforme disposto na regulamentação:

ordens foi realizada de acordo com a Política definida.

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA POLÍTICA

Em seguida, é detalhada a tipologia dos centros de execução ou intermediários aplicáveis, para cada um dos instrumentos financeiros aos quais se aplica a Política. Nesse sentido, o BANCO tem duas posições possíveis na cadeia de execução:

Recetor e transmissor das ordens de clientes: será necessário selecionar intermediário(s) que execute(m) as ordens.

Executor de ordens por conta de clientes: será necessário selecionar o centro de execução para o qual as ordens serão diretamente direcionadas. Em alguns instrumentos financeiros, seja porque não são negociados em plataformas de negociação ou porque o preço que o BANCO pode oferecer é a melhor execução para o cliente, o BANCO poderá atuar como contrapartida da transação ("OTC operacional").

Entende-se por "plataforma de negociação", um mercado regulamentado, um sistema de negociação multilateral ("MTF") ou um sistema organizado de contratação ("SOC").

Entende-se por "centro de execução", um mercado regulamentado, um MTF, um SOC, um internalizador sistemático, um criador de mercado ou outro fornecedor de liquidez ou uma entidade que exerça num país terceiro uma função semelhante às desempenhadas por qualquer um dos acima referidos.

2.a. Instrumentos financeiros

Embora a obrigação de obter o melhor resultado possível na execução de ordens de clientes se aplique a todos os tipos de instrumentos financeiros, dadas as diferenças nas estruturas de mercado e nos próprios instrumentos, pode ser difícil identificar e estabelecer um padrão e um procedimento uniformes para a execução ótima que sejam válidos e eficazes para todos os tipos de instrumentos. Por conseguinte, ao aplicar a obrigação de execução ótima, devem ser tidas em conta as várias circunstâncias associadas à execução/transmissão de ordens relacionadas com tipos específicos de instrumentos financeiros.

O BANCO adota diferentes posições na cadeia de execução para cada tipo de instrumento financeiro, conforme detalhado abaixo:

TIPO DE INSTRUMENTO FINANCEIRO		POSIÇÃO NA CADEIA DE EXECUÇÃO	
		EXECUTOR	TRANSMISSOR
RENTA VARIÁVEL	NEGOCIADA NA PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO	-	✓
RENTA FIXA	NÃO NEGOCIADA OU NEGOCIADA NA PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO	-	✓
IIC	COTADAS	✓	-
	NÃO COTADAS	-	✓

2.b. Clientes

A categorização do cliente desempenhará um papel fundamental na definição da Política de Execução. Os regulamentos atuais estabelecem, entre outros, a necessidade de levar em conta as características do cliente, incluindo a categorização como cliente não profissional ou profissional, como critério para determinar a execução ótima.

A política de Execução do BANCO será aplicada a todos os clientes definidos como não profissionais, bem como a profissionais. Os clientes definidos pelo BANCO como contrapartes elegíveis não estarão sujeitos à aplicação da Política de Execução. No caso de solicitar que esta Política lhes seja aplicável, os mesmos deverão ser categorizados com um maior nível de proteção (profissionais ou não profissionais).

2.c. Canais através dos quais os clientes do BANCO operam

A Política de Execução definida pelo BANCO deverá ser aplicada independentemente do canal através do qual os clientes acedem o BANCO.

3. SELEÇÃO DE CENTROS DE EXECUÇÃO E

INTERMEDIÁRIOS

Conforme indicado acima, o BANCO presta, em relação a determinados instrumentos financeiros, o serviço de execução de ordens (ou seja, acede diretamente ao centro de execução, podendo executar a ordem do cliente contra a sua própria carteira) e, em relação a outros, o serviço de receção e transmissão de ordens (tem-se acesso ao centro de execução através de um intermediário).

O objetivo final de alcançar uma melhor execução para os clientes será articulado, no caso de BANCO atuar como executor, através da seleção adequada de centros de execução (nos casos em que existem vários), ou execução contra a sua própria carteira e, quando atuar como recetor e transmissor de ordens, através da seleção adequada de intermediários.

A definição da Política garante ao cliente a execução das suas ordens com base em princípios de melhor execução e, portanto, implica necessariamente:

A existência de procedimentos definidos e aplicáveis a toda a organização.

A realização de uma análise do ambiente e a determinação dos controlos necessários que assegurem o bom funcionamento dos procedimentos previstos na Política.

3.a. Critérios para a seleção do centro de execução ou intermediário que garantam a melhor execução

Conforme estabelecido na regulamentação em vigor, as entidades que prestam serviços de investimento quando executam ou processam ordens de clientes devem ter em conta os seguintes critérios:

As características do cliente, incluindo a categorização como cliente não profissional ou profissional.

As características da ordem do cliente, incluindo se a referida ordem inclui uma operação de financiamento de valores mobiliários

As características dos instrumentos financeiros abrangidos por esta ordem.

As características dos centros de execução ou intermediários aos quais essa ordem pode ser dirigida.

O BANCO desenvolveu a sua Política com base nesses critérios, sendo os principais o tipo de cliente, os instrumentos financeiros e o correspondente aos centros de execução ou intermediários aos quais as ordens podem ser dirigidas.

Além disso, os seguintes critérios devem ser tidos em conta na seleção dos intermediários:

Implementação de uma política de execução das próprias ordens que cumpra todos os requisitos estabelecidos pela regulamentação aplicável;

A forma como o intermediário acede aos vários centros de execução. Seja direta ou indiretamente através de outros intermediários;

Os acordos que o intermediário tiver com as entidades compensadoras para a compensação e liquidação.

3.b. Etapas para a seleção do centro de execução ou intermediário que garanta a melhor execução

A Política de BANCO para a seleção do centro de execução ou intermediário que garanta a melhor execução está estruturada nas seguintes etapas:

Seleção de centros de execução ou potenciais intermediários.

Determinação dos centros de execução ou dos intermediários finais dentre os potenciais previamente selecionados.

Para cada uma das etapas indicam-se os fatores considerados na análise, da seguinte forma:

3.b.1. Seleção de centros de execução ou potenciais intermediários

Inicialmente, é feita uma seleção de centros de execução ou potenciais intermediários, de acordo com os seguintes fatores de pré-seleção:

Preço e custos:

Os principais fatores na seleção dos centros de execução ou intermediários potenciais e finais serão o preço da operação e os custos associados. Nesse sentido, na medida em que possam

existir vários centros de execução, a sua análise será essencial para determinar o preço do instrumento financeiro e, se necessário, para avaliar o intervalo de preços que será considerado razoável ao considerar um centro de execução/intermediário como o de melhor execução para efeitos da Política. Em termos de custos, será necessário avaliar os custos finais que o cliente não profissional suporta em diferentes cenários, tanto de centros de execução como de intermediários, através da realização de simulações de operações, a fim de determinar a situação mais favorável para o cliente final.

Prestígio reconhecido:

Para a análise de centros de execução ou potenciais intermediários serão consideradas apenas as entidades de reconhecido prestígio no mercado, tendo em conta variáveis como a associação a grupos com presença significativa no mercado, serviços providenciados e qualidade dos mesmos, relatórios de auditoria, etc.

Regularidade dos preços e liquidez:

Relativamente aos instrumentos financeiros com mais de um centro de execução ou intermediário, a regularidade dos preços e da liquidez de cada um deles deve ser avaliada analisando se as variações dos preços publicados são coerentes com o mercado e se não existem flutuações injustificadas e sem um denominador comum. Será igualmente necessário considerar se todos os centros de execução ou intermediários têm capacidade para proporcionar liquidez com a mesma frequência para um mesmo tipo de instrumentos financeiros e, se tal não for o caso, quais as eventuais implicações para o cliente final (avaliando se e em que medida pode ter um impacto direto nos custos).

Eficiência na execução e liquidação:

Capacidade dos centros de execução ou intermediários selecionados de executar e liquidar a operação nos termos apropriados, com a eficácia necessária e minimizando as ocorrências nas operações diárias, e de responder adequadamente às mesmas. Nesse sentido, as informações relativas aos níveis de serviço e estatísticas das entidades analisadas são comparadas, se disponíveis.

Sistemas tecnológicos ideais:

Os sistemas utilizados por centros de execução ou potenciais intermediários sujeitos a análise devem satisfazer os requisitos mínimos em matéria de níveis de serviço, manutenção, revisão e atualização de plataformas, controlos da qualidade e auditorias informáticas e de procedimentos, bem como um plano de continuidade de negócios definido, testado e revisto com uma periodicidade mínima.

O cumprimento dos requisitos mínimos relativos aos fatores de pré-seleção acima descritos constitui um pré-requisito para a aplicação dos fatores de avaliação final (ver item seguinte).

Integração tecnológica:

Capacidade de coesão entre os sistemas das plataformas de negociação e os sistemas bancários.

3.b.2. Determinação dos centros de execução ou intermediários finais dentre os potenciais previamente selecionados

Uma vez efetuada a seleção dos centros de execução e dos potenciais intermediários, os escolhidos serão determinados com base nos seguintes fatores de avaliação:

Preço.

Custo.

Velocidade de execução.

Probabilidade de execução.

Velocidade de liquidação.

Probabilidade de liquidação.

Tamanho da ordem.

Natureza da ordem.

Qualquer outra consideração relacionada com a execução da ordem.

No caso de ordens de clientes não profissionais, o melhor resultado possível deverá, em qualquer caso, ser determinado em termos de contrapartida pecuniária global, composta pelo preço do instrumento financeiro e os custos relacionados com a execução, que incluirão todos os custos incorridos pelo cliente diretamente relacionados com a execução da ordem, incluindo as taxas do centro de execução, as taxas de compensação e

liquidação e outras taxas pagas a terceiros implicados na execução da ordem.

3.c. Aplicação das fases a cada instrumento financeiro

A seguir, encontram-se detalhados os centros de execução e intermediários preferenciais para cada instrumento financeiro. Em geral, os fatores determinantes tanto para os clientes não profissionais como para os clientes profissionais serão o preço do instrumento financeiro e os custos associados à execução.

TIPO DE INSTRUMENTO FINANCEIRO		Intermediários e centros de execução selecionados
RENTA VARIÁVEL NEGOCIADA NA PLATAFORMA DE NEGOCIAÇÃO		CECABANK
RENTA FIXA		LIVRO PRÓPRIO
IIC	COTADAS	CECEBANK
	NÃO COTADAS	IFI

1. Renta variável negociada em plataformas de negociação e IIC cotadas:

A posição do BANCO relativamente a este tipo de instrumentos financeiros é de transmissor de ordens, uma vez que não é membro de nenhuma plataforma de negociação de renda variável nem de IIC cotadas. O BANCO seleciona um ou vários intermediários financeiros para executar ordens na bolsa de valores correspondente. Existe a possibilidade de haver mais de um intermediário na cadeia de execução.

A partir da lista de potenciais intermediários analisados (ver os fatores de pré-seleção descritos no ponto 3.b.1.) foi selecionado, para a execução de ordens de clientes não profissionais e profissionais, o CECABANK, S.A. (doravante, "CECABANK") após análise dos seguintes fatores qualitativos e quantitativos e considerando as seguintes vantagens competitivas (os fatores qualitativos são considerados complementares aos fatores quantitativos – preço e custos – elementos nos quais se baseia a conclusão da análise):

Fatores de avaliação quantitativa:

- Preço: a renda variável negociada em plataformas de negociação (sejam mercados regulamentados ou SMN), tratam-se de mercados líquidos e transparentes onde o preço do instrumento financeiro não constitui um elemento diferenciador. - Custos: situam-se no mesmo intervalo que os restantes intermediários analisados.

Dada a semelhança entre todos os potenciais intermediários no que diz respeito ao principal fator de avaliação (preço e custos), foram analisados fatores de avaliação qualitativa adicionais.

Fatores de avaliação qualitativa para a seleção do CECABANK como único intermediário para clientes não profissionais:

- Vantagens em conexões e sistemas (rapidez de execução e resposta, mecanismos de controlo da qualidade, disponibilidade de todas as informações exigidas pela regulamentação, protocolo de segurança no sistema de conexão e desenvolvimento personalizado, não exigindo manutenção externa).

- Tem o seu próprio serviço de depósito e custódia de valores mobiliários nacionais e internacionais.

- Acompanhamento minucioso das ordens.

- Possibilidade de obter informações que permitam prestar o serviço de demonstração, a pedido do cliente, da execução das ordens.

2. Renta fixa:

A posição do BANCO para este tipo de instrumentos financeiros é a de executor. O BANCO executa a ordem do cliente, contra a sua própria carteira de negociação.

Por sua vez, o BANCO pode optar por fechar ou não a sua posição com outro intermediário financeiro que atue como contraparte. Não obstante, a partir da lista de potenciais intermediários analisados, foi selecionado o próprio livro do BANCO para a execução de ordens de clientes de renda fixa, após análise dos seguintes fatores qualitativos e quantitativos e considerando as seguintes vantagens competitivas (os fatores qualitativos são considerados complementares aos fatores

.../...

quantitativos – preço e custos – nos quais se baseia a conclusão da análise):

Fatores de avaliação quantitativa:

- Preços: A política geral do BANCO consiste em aplicar preços de mercado a todas as ordens executadas em nome dos seus clientes.

- Custos: sem custos de execução (comissões bolsistas e intermediários).

Incentivos: o BANCO pode receber um incentivo implícito pela transação, que deve, em qualquer caso, ser comunicado ao cliente, e deve cumprir a regulamentação relativa à gestão de conflitos de interesses.

Fatores de avaliação qualitativa:

- Maior probabilidade e rapidez de execução e liquidação: a ordem será executada mais rapidamente se for feita contra o próprio livro do que contra a cotação de um terceiro.

- Tamanho da ordem: Dadas as características especiais do BANCO enquanto prestadora de serviços, existe na Tesouraria do BANCO uma política de contrapartida sem limitar os volumes mínimos para todos os instrumentos financeiros de renda fixa. Nesse sentido, a Política do BANCO consiste em negociar pequenas quantias por uma quantia maior para atuar no mercado.

Ao executar ordens de clientes contra a sua própria carteira, o BANCO deverá verificar a equidade do preço proposto aos clientes através da recolha de dados de mercado utilizados para estimar o preço desse produto e, tanto quanto possível, comparando com produtos similares ou comparáveis. De acordo com o acima exposto, em todos os casos, o BANCO dispõe de procedimentos para calcular o justo valor dos produtos.

Após a liquidação das transações, o facto de terem sido realizadas fora das plataformas de negociação não representa um risco adicional para o cliente, na medida em que os valores mobiliários ficam a nome do investidor final em contas separadas das próprias contas do BANCO ou da instituição financeira na qual os mesmos são finalmente confiados.

Informações adicionais sobre as implicações desta modalidade de execução serão fornecidas, mediante pedido dos clientes.

3. IIC não cotadas

Dadas as características especiais das IIC (cujo valor do ativo líquido é determinado de acordo com a lei, sem que seja possível aplicar um preço às subscrições e reembolsos que não o valor do ativo líquido), o BANCO deve transmitir à gestora da IIC, a ordem do cliente para conclusão. A gestora deverá completar o pedido do cliente pelo preço e custos estabelecidos por lei e no Estatuto da IIC, não sendo possível aplicar preços, encargos ou comissões diferentes desses. Em relação à dimensão da ordem, o Estatuto da IIC pode estabelecer um prazo de pré-aviso para a execução da ordem.

Pela própria regulamentação dos organismos de investimento coletivo, as ordens de subscrição e reembolso da IIC não cotado são transmitidas à sua própria Sociedade Gestora para conclusão, através da plataforma Imantia Fondos Internacionales de Imantia Capital, SGIIC,SA (“IFI”).

Caso o cliente solicite a contratação de uma IIC com diferentes categorias homogêneas, o BANCO oferecerá ao cliente a categoria mais vantajosa em termos de custos, com base na natureza da operação, dentre todas as disponíveis.

3.d. Consideração das instruções específicas do cliente

Quando um cliente transmite uma instrução específica sobre onde ou como executar uma ordem modificando qualquer uma das prioridades estabelecidas acima, tais instruções substituirão os aspetos constantes nesta Política. Para todos os outros atributos da operação em relação aos quais não tenha havido instruções, serão respeitadas as disposições da Política aplicáveis.

O BANCO reserva-se, em qualquer caso, com base na sua capacidade operacional, o direito de aceitar ordens dos seus clientes que contenham instruções específicas de execução.

O facto de o cliente ter transmitido instruções específicas em

relação a uma parte ou aspeto da ordem não deve pressupor que o BANCO está isento da sua obrigação de ótima execução relativamente a outras partes ou aspetos da ordem não abrangidos por essas instruções. Em nenhum momento o BANCO influenciará o cliente no que diz respeito ao conteúdo das suas instruções.

O cliente é informado de que as suas instruções específicas para a execução de uma determinada ordem podem resultar na não aplicação da Política, ao impedir o BANCO de adotar as medidas previstas e aplicar a sua Política de Execução para alcançar o melhor resultado possível em relação a essa ordem.

3.e. Outras considerações

Além disso, por razões excepcionais, a utilização de centros de execução ou intermediários preferenciais não expressamente enumerados nesta Política pode ser justificada:

- no caso de ordens específicas de clientes,
- no funcionamento de um tipo de instrumento financeiro não especificamente contemplado na presente Política,
- se se tiver verificado mudanças na realidade do mercado,
- ou no caso de se considerarem outros fatores.

4. PROCEDIMENTO DE COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA A CLIENTES

O BANCO comunicará aos seus clientes (não profissionais e profissionais) a sua Política de Execução antes da execução ou intermediação das ordens recebidas desses clientes: Uma explicação da importância relativa dada aos diferentes fatores de avaliação reconhecidos na norma, no momento de selecionar os centros de execução e intermediários para operar, ou o processo através do qual se determinou a importância relativa desses fatores.

Uma cópia atualizada dessa Política estará disponível aos clientes através das suas sucursais e no site do BANCO www.abanca.pt.

Em caso de alterações significativas na presente Política, o BANCO informará os seus clientes.

5. OBTER O CONSENTIMENTO DO CLIENTE RELATIVAMENTE À POLÍTICA

O BANCO obterá o consentimento dos seus clientes para a Política de Execução antes da sua aplicação, em relação às ordens recebidas dos mesmos. Nesse contexto, afirma-se que um cliente deu consentimento à Política se o cliente operar após ter recebido a Política; ou seja, será considerado suficiente obter um consentimento tácito.

No caso da realização de operações OTC, o cliente dá o seu consentimento prévio e expresso o BANCO para transmitir e/ou executar uma ordem fora da respetiva plataforma de negociação ao abrigo das Condições Gerais que regem a prestação pela entidade de serviços sobre produtos de investimento, bem como da Ordem de Negociação.

6. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLO DO CUMPRIMENTO DA POLÍTICA

6.a. Âmbito de aplicação

Conforme estabelecido pela regulamentação vigente, o BANCO deverá verificar periodicamente a eficácia da Política de Execução adotada e, em particular, a qualidade de execução das entidades abrangidas pela Política, a fim de verificar se estas permitem obter os melhores resultados possíveis para os seus clientes, de forma consistente e sistemática.

Esta revisão também será realizada sempre que houver uma mudança significativa que afete a capacidade do BANCO de continuar a obter sistematicamente o melhor resultado possível na execução das ordens dos seus clientes utilizando os centros de execução referidos na presente Política, bem como na seleção de entidades para a transmissão das ordens dos clientes. Em especial, será avaliado se ocorreu uma alteração significativa e será determinada a pertinência a nível da alteração da importância relativa dos melhores fatores de desempenho no momento de cumprir a obrigação global de realizar a melhor execução possível.

O procedimento de acompanhamento e controlo a seguir descrito

.../...

destina-se a cumprir as disposições da regulamentação, pelo que o âmbito de aplicação deste procedimento:

- É aplicável a todos os instrumentos financeiros descritos no capítulo “2. Âmbito de aplicação da Política”.

- É aplicável a todos os canais e instrumentos. Não obstante, a realização dos testes de revisão descritos no ponto “6.b Âmbito dos procedimentos de acompanhamento e controlo” poderá diferir consoante o canal utilizado.

- Aplicar-se-á sempre que o BANCO atue como entidade executora de ordens, bem como enquanto entidade transmissora de ordens (ver análise do posicionamento do BANCO na cadeia de execução no capítulo “2. Âmbito de aplicação da Política”).

6.b. Âmbito dos procedimentos de supervisão e controlo

São definidos dois procedimentos de acompanhamento e controlo da Política de Execução, a aplicar conjuntamente, conforme o disposto no ponto “6.c Periodicidade da avaliação”:

1. Avaliação da política de Execução previamente definida (“conceção da Política”).

2. Verificação da conformidade com a Política já definida e implementada (“funcionamento da Política”).

1. Avaliação da Política de Execução previamente definida

Os objetivos deste procedimento de avaliação consistem em rever a lista dos centros de execução e potenciais intermediários identificados para cada instrumento financeiro, bem como em selecionar de forma definitiva os centros de execução e intermediários financeiros através dos quais as ordens dos clientes serão executadas ou transmitidas.

a. Centros de execução e potenciais intermediários.

No capítulo “3. Seleção de centros de execução e intermediários” encontram-se indicados os critérios definidos pelo BANCO para a seleção de centros de execução e potenciais intermediários, a partir dos quais serão obtidos aqueles que serão definitivamente selecionados.

Esses critérios serão revistos tendo em conta os centros de execução e intermediários existentes e procedendo a uma análise específica dos seguintes elementos:

- Volumes intermediados por cada um deles e posicionamento nos rankings oficiais.

- Existência de novos centros de execução ou intermediários.

- Condições económicas aplicáveis.

- Análise do mercado e da qualidade de execução dos intermediários e centros de execução. Para realizar esta análise, serão tidas em conta as informações e a experiência proporcionadas por cada um dos responsáveis pela execução e transmissão de ordens do BANCO.

Decorrente desta avaliação será validada a lista existente dos centros de execução e potenciais intermediários para cada instrumento financeiro ou, se for caso disso, serão sugeridas alterações.

b. Centros de execução e intermediários selecionados .

Será(ão) efetivado(s), para cada um dos instrumentos financeiros, o(s) centro(s) de execução ou intermediário(s) a utilizar na execução ou transmissão de ordens a clientes.

Para o efeito, será analisado cada um dos critérios descritos no capítulo “3 Seleção de centros de execução e intermediários” tendo especialmente em conta os fatores de custo e preço.

2. Verificação da conformidade com a Política já definida e implementada

Além da avaliação anterior, será verificado que, desde a revisão anterior, a Política de Execução previamente definida foi efetivamente cumprida.

6.c. Periodicidade da avaliação

A avaliação da concepção e da eficácia da Política será realizada anualmente. Além disso, para prestar um maior apoio aos seus clientes, o BANCO também avaliará anualmente o funcionamento da Política.

No entanto, conforme indicado no parágrafo 6.a. serão necessárias avaliações adicionais da concepção da Política, desde que haja uma “alteração significativa” que afete a capacidade de o BANCO de continuar a obter um resultado ótimo na execução de ordens dos seus clientes, utilizando os centros de execução ou intermediários definidos de acordo com o disposto na Política.

A decisão sobre quando deverá ser feita a referida avaliação adicional caberá ao organismo responsável pela função de

Compliance no BANCO.

Embora as situações que produzem “alterações significativas” precisem de ser analisadas em cada caso, descrevem-se a seguir algumas circunstâncias que poderiam potencialmente exigir uma revisão e avaliação da Política de Execução:

- Existência de lacunas relevantes na prestação do serviço por intermediários ou centros de execução selecionados.

- Existência de um grande número de reclamações de clientes sobre a operação de serviços de execução ou receção e transmissão de ordens.

- Existência de alterações significativas nas condições económicas aplicadas pelos centros de execução ou intermediários.

- Cessação das suas funções, operações empresariais ou entrada em funcionamento de novos centros de execução ou intermediários. A consideração dessas situações como “alteração significativa” será diferente dependendo das características operacionais da negociação em cada instrumento financeiro e do número de centros de execução e potenciais intermediários.

7. PRINCÍPIOS A SEGUIR EM MATÉRIA DE DEMONSTRAÇÃO, A PEDIDO DO CLIENTE, DA EXECUÇÃO DAS ORDENS

O BANCO, nos casos em que atua como um executor de ordens demonstrará aos seus clientes (a pedido destes) que as ordens foram executadas de acordo com a Política de Execução estabelecida, materializando-se essa demonstração na verificação de que foram respeitados os princípios e os aspetos definidos na Política em relação aos procedimentos de execução. Para tal, o BANCO demonstrará ao cliente que:

- A operação foi realizada através do intermediário ou centro de execução definido na Política, uma vez que o mesmo foi selecionado na sequência do processo de análise e comparação relevante entre as diferentes alternativas de negociação.

- Além disso, o cliente receberá:

- Cópia da ordem de apoio da operação executada, incluindo, se for caso disso, quaisquer instruções específicas indicadas pelo cliente (e, neste caso, a advertência dada ao cliente sobre as possíveis implicações da execução de instruções específicas em relação à execução dos objetivos estabelecidos na Política de Execução)

- Informações processadas relativas à ordem, e localizadas nos registos de ordens e operações (e, quando aplicável, desagregações), de forma que a rastreabilidade da ordem seja inequivocamente identificada, desde que chega ao BANCO até à sua execução final.

- No caso de a execução ser realizada contra a própria carteira do BANCO (OTC), será demonstrado ao cliente a equidade e razoabilidade do preço oferecido ao cliente, fornecendo as informações/documentação adequadas para justificar tal requisito.

- Nos casos em que o BANCO atua como recetor e transmissor de ordens, decidiu-se facultar aos clientes a possibilidade de solicitar a demonstração da execução das operações de acordo com a presente Política, a fim de aumentar o valor que lhes é oferecido na operação. Para poder realizar essa demonstração de operações, o BANCO executou as seguintes ações:

- Solicitou as Políticas de Execução das entidades executoras através das quais opera, a fim de, além de assegurar a complementaridade entre a sua Política e a do respetivo intermediário selecionado, dispor das informações necessárias sobre os centros de execução selecionados pela referida entidade executora.

- Certificou-se de que, com base no circuito de informações que suporta a operação diária de receção e transmissão de ordens, as informações necessárias estão disponíveis diariamente para refletir a rastreabilidade completa das ordens, entre o momento em que a ordem chega a ao BANCO até o momento em que foi executada e posteriormente confirmada.

8. PUBLICAÇÃO DAS CINCO PRINCIPAIS PLATAFORMAS DE NEGOCIAÇÃO E DAS CINCO PRINCIPAIS ENTIDADES ÀS QUAIS SE TRANSMITEM AS ORDENS DOS CLIENTES

O BANCO publicará anualmente no seu site, para cada tipo de instrumentos financeiros, os cinco principais centros de execução

de ordens, em termos de volumes de negociação, nos quais foram executadas as ordens dos clientes no ano anterior, bem como informações sobre a qualidade da execução obtida. Além disso, o BANCO publicará anualmente, para cada tipo de

instrumento financeiro, os cinco principais intermediários, em termos de volume de transações, através dos quais se tenha transmitido ordens de clientes para sua execução, bem como informações sobre a qualidade de execução obtida.

POLÍTICA DE GESTÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

1. OBJETIVO

A legislação do mercado de valores nacional em vigor atualmente, incluindo a legislação europeia aplicável, estabelece determinadas obrigações relacionadas com a gestão de conflitos de interesses, entre as quais se incluem a obrigação de instaurar, aplicar e manter uma política de gestão dos conflitos de interesses no BANCO, que tenha em conta as sociedades do seu Grupo (doravante, o Grupo). Nestes termos, o BANCO dispõe de um Regulamento Interno de Conduta (doravante, o RIC) adaptado às alterações introduzidas pela respetiva legislação, em matéria de normas de conduta e de prevenção do abuso de mercado.

O âmbito de aplicação desta Norma abrange qualquer funcionário do BANCO, agente vinculado ao BANCO, ou funcionário de um promotor ou agente vinculado (doravante, as **personas relevantes**) e, em determinados casos, tal como consta da mesma, as pessoas e entidades a eles vinculadas.

O cumprimento da finalidade da presente Norma requer a **identificação** dos atos que potencialmente possam implicar um conflito de interesses prejudicial para um cliente do BANCO, a **gestão** dos referidos conflitos de interesses e, em último caso, a **comunicação** destes aos clientes, de acordo com o estabelecido na legislação e no próprio RIC.

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

2.1. Definição de conflito de interesses

Nos termos do ponto 3 do anexo 1 do RIC "existirá conflito de interesses quando a imparcialidade de atuação das pessoas abrangidas possa ficar comprometida, no entender de um observador neutro e tal possa implicar prejuízo para os interesses de um cliente".

Os conflitos de interesses poderão dar-se entre os interesses do BANCO ou de alguma das sociedades do seu Grupo ou determinadas pessoas vinculadas ao BANCO ou às referidas sociedades, e as obrigações do BANCO ou das referidas sociedades do seu Grupo relativamente a um ou vários dos seus clientes. Adicionalmente, poderão ocorrer entre os interesses de dois ou mais clientes do BANCO ou das sociedades do seu Grupo. Para que exista um conflito de interesses é necessário que exista um possível prejuízo para um cliente.

2.2. Identificação de serviços, pessoas e cenários que possam gerar conflitos de interesses

A. Serviços

Os conflitos de interesses a que se refere a presente Norma pode surgir no âmbito da prestação de qualquer dos serviços de investimento que presta o BANCO ou o seu Grupo. De seguida são enumerados os serviços prestados pelo BANCO e pelo seu Grupo:

- A receção e transmissão de ordens de clientes relativamente a um ou mais instrumentos financeiros.
- A execução das referidas ordens por conta de clientes.
- A negociação por conta própria.
- Colocação de instrumentos financeiros.
- Garantia de uma emissão ou de uma colocação de instrumentos financeiros.
- Consultoria em matéria de investimento.
- Gestão discricionária de carteiras de investimento de clientes.

B. Pessoas

O Título IV do RIC estabelece os princípios básicos para a identificação e gestão dos conflitos de interesses.

O referido RIC é de cumprimento obrigatório para o próprio BANCO e para as pessoas abrangidas nos termos da deliberação aprovada pelo Comité de Cumprimento do BANCO, cujo registo mantém Conduta do Mercado de Valores, ou o departamento que desempenhar as funções de conformidade legal no âmbito dos

mercados de valores.

Na medida em que o RIC é de cumprimento obrigatório para o BANCO e que a legislação atualmente em vigor alarga a necessidade de "adotar medidas para detetar possíveis conflitos de interesses entre os seus clientes e a própria empresa ou o seu grupo", a esta Política de Gestão de Conflitos de Interesse será aplicável as todas as pessoas relevantes do BANCO e do seu Grupo, na medida em que realizarem atividades no âmbito dos Mercados de Valores e outros Serviços de Investimento (receção, transmissão e execução de ordens, principalmente), e não apenas as pessoas sujeitas ao referido RIC, com exceção do indicado na alínea 3.2. m) seguinte.

Adicionalmente, nos termos do estabelecido na alínea 2.1. supra, os conflitos de interesses poderão emergir da pessoa sujeita ao RIC (ou da própria pessoa relevante, conforme aplicável), ou das **personas ou entidades a estas vinculadas**. A este respeito, devem ser tidos em conta os seguintes vínculos:

a. Os vínculos familiares, entendendo-se este como tais as pessoas com as quais se tenha uma relação familiar, de acordo com o estabelecido no RIC: cônjuge ou qualquer pessoa que possa ser considerada equivalente nos termos da legislação em vigor, os filhos e enteados a seu cargo, os familiares que estejam Há mais de um ano no mesmo domicílio do que a pessoa sujeita ou a pessoa relevante em causa.

b. Os vínculos económicos, entendendo-se como tais as sociedades com as quais mantenha vínculos estreitos, ou seja: possua de forma direta ou indireta 20% ou mais dos direitos de voto ou do capital da sociedade, ou mantenha um vínculo de controlo, seja da própria pessoa relevante, ou de pessoa sujeita ao RIC ou de algum dos seus vínculos familiares. Presume-se que existe vínculo de controlo quando ocorre alguma das seguintes situações (estabelecidas na legislação nacional em vigor):

- se possuir a maioria dos direitos de voto ou do capital social;
- se tiver o poder de nomear ou destituir a maioria dos membros do órgão de administração o de fiscalização;
- se puder dispor, nos termos de acordos celebrados com terceiros, da maioria dos direitos de voto;
- se tiver nomeado a maioria dos membros do órgão da administração.

c. Entendem-se como vínculos profissionais: qualquer tipo de relação de prestação de serviços ou outros vínculos contratuais diversos dos gerados pelos seus cargos ou empregos no BANCO ou na sociedade do seu Grupo, próprias da pessoa relevante ou da pessoa sujeita ao RIC, ou de qualquer das pessoas ou sociedades referidas nas alíneas a) e b) anteriores.

C. Cenários

A legislação aplicável identifica diferentes situações em que podem existir conflitos de interesses. Em cada uma delas, são identificados possíveis exemplos de cenários que possam constituir um conflito de interesses:

- Situação 1: A empresa ou a pessoa em causa podem obter um benefício financeiro, ou evitar uma perda financeira, a expensas do cliente.

Esta situação pressupõe que, ou o BANCO ou alguma sociedade do seu Grupo, ou a pessoa sujeita ao RIC ou ainda a pessoa relevante que presta o serviço de investimento, possa obter um ganho financeiro ou evitar uma perda financeira prejudicando o(s) cliente(s).

Como guia de apoio na identificação de situações que podem dar lugar à existência de conflitos de interesses, apresentam-se de seguida exemplos mais concretos de cenários nos quais um BANCO ou uma pessoa do mesmo possa obter um ganho financeiro ou evitar uma perda financeira a expensas de um cliente:

1. Consultoria a clientes em matéria de investimentos financeiros ou serviço de gestão de carteiras: na medida em que as pessoas relevantes possam ter mais incentivos à venda de determinados produtos em comparação com outros, no âmbito da sua política remuneratória:

- Entre diferentes tipos de produtos: se, por exemplo, se incentiva a venda de um produto em campanha, em detrimento de outros comparáveis, no âmbito da consultoria prestada ao cliente; ou se se incentiva a venda de produtos de maior risco sem informar adequadamente o cliente, geralmente relacionados com uma margem ou lucro superior para o BANCO e, em última instância, para o vendedor em termos de remuneração variável.
- A comercialização de um fundo com comissão de gestão ou de comercialização para o BANCO superior à de outros fundos comparáveis.

- Existência entre os produtos relativamente aos quais se pode prestar consultoria (e efetuar a gestão de carteiras) de produtos próprios do BANCO ou do seu grupo e outros produtos de terceiros.

2. Atribuições de operações no sentido de que se possa dar prioridade às operações do BANCO para beneficiar de condições mais vantajosas em comparação com outras operações de clientes. Atualmente esta situação não pode ocorrer no BANCO uma vez que não se faz agrupamento e atribuição de ordens, exceto nos casos em que é o próprio mercado a regular a atribuição de operações (por exemplo, no caso das OPV).

3. Atribuir, a posteriori, operações com benefícios para a carteira própria que possam corresponder a carteiras geridas de terceiros ou vice versa, isto é, atribuir a posteriori operações com perdas a carteiras geridas que possam corresponder à carteira própria. Atualmente esta situação não pode ocorrer no BANCO uma vez que não se faz o agrupamento e atribuição de ordens.

4. Venda de valores por conta de clientes em mercados com pouca liquidez ou não transparentes em comparação com outras alternativas que possam implicar um elevado rendimento para o BANCO.

5. Rotação excessiva das carteiras no âmbito da consultoria ou gestão de carteiras, com a finalidade de cobrar mais comissões.

6. Elaboração de planos comerciais nos quais se proponha aos clientes a venda de produtos de investimento garantidos pelo BANCO que possa implicar uma perda no investimento ou a sua recuperação num prazo mais dilatado.

7. Concessão de empréstimos do próprio BANCO aos clientes com a finalidade de alavancar os seus investimentos, expondo-os a risco de mercado e a elevados custos de crédito.

8. Venda cruzada: o BANCO pode condicionar o acesso a um determinado contrato ou serviço financeiro através da aquisição de produtos ou serviços adicionais.

- Situação 2: a empresa ou a pessoa em causa tem um interesse no resultado do serviço prestado ou da operação efetuada por conta do cliente, que é diferente do interesse do cliente relativamente a esse resultado.

Esta situação pressupõe que, ou o BANCO ou alguma sociedade do seu Grupo, ou a pessoa sujeita ao RIC ou ainda a pessoa relevante que presta o serviço de investimento, têm interesse em que o cliente realize uma operação na qual o cliente não está interessado.

Exemplos de cenários nos quais um BANCO ou uma pessoa pertencente ao mesmo tenha interesse em realizar uma operação na qual o cliente não tenha interesse e tal possa implicar um prejuízo para o cliente, seriam:

1. No âmbito de acordos de gestão de carteiras nos quais a remuneração esteja fixada em função dos resultados, a possibilidade de não serem cumpridos os níveis de risco acordados com a finalidade de obter uma comissão de gestão superior.

2. Não prestar de forma objetiva o serviço de colocação de instrumentos financeiros em geral, ou o serviço de colocação de instrumentos financeiros emitidos pelo BANCO ou sociedades do seu Grupo.

3. Para procurar assegurar o êxito de uma emissão, o BANCO pode conceder empréstimos a taxas abaixo do mercado aos investidores, com a condição de que esses montantes sejam utilizados na subscrição dos instrumentos financeiros emitidos.

4. O BANCO poderá tratar de incentivar os seus clientes para que

estes adquiram ações numa OPV, nos primeiros dias de negociação, prometendo um tratamento preferencial, embora o real interesse do BANCO seja assegurar o êxito da emissão.

5. Na eventualidade do BANCO ter uma elevada exposição a uma empresa cujo risco de crédito aumentou, poderia ver-se tentado a apoiar essa empresa na emissão de instrumentos financeiros, transferindo o risco de crédito do BANCO para os investidores.

6. Ligação entre Conselhos de Administração, ou seja, a presença da empresa ou de pessoas sujeitas na administração de entidades não financeiras. Tal poderia gerar conflitos de interesses, nomeadamente no caso de as referidas entidades não financeiras serem clientes, o acesso a produtos e serviços de investimento em condições mais vantajosas do que os restantes clientes.

- Situação 3: a empresa ou a pessoa em causa tem incentivos financeiros ou de qualquer outro tipo para favorecer os interesses de clientes terceiros, em detrimento dos interesses próprios do cliente em causa.

Esta situação pressupõe que, ou o BANCO ou alguma sociedade do seu Grupo, ou a pessoa sujeita ao RIC ou ainda a pessoa relevante que presta o serviço de investimento, tenham algum incentivo para favorecer os interesses de um cliente em detrimento dos de outro.

Como guia de apoio na identificação, apresentam-se de seguida exemplos mais concretos de cenários nos quais um BANCO ou uma pessoa pertencente ao mesmo possa obter um incentivo em detrimento dos interesses do cliente:

1. Receção de ordens de um cliente para a compra/venda de determinados ativos (por ex. ações ou rendimento fixo) e para o seu efetivo cumprimento atrasa a compra/venda do mesmo ativo por parte de outro cliente até não ter sido executada a operação do primeiro.

2. Intermediação de operações por conta de clientes não profissionais e de clientes institucionais: atribuindo posteriormente os melhores preços a clientes institucionais.

3. Venda de valores por conta de clientes em mercados com pouca liquidez ou não transparentes que possam implicar um elevado benefício para outro cliente (por ex., favorecer um cliente de gestão de carteiras, como forma de melhorar a "performance" da sua carteira ou encobrir perdas anteriores).

4. Colocação de instrumentos financeiros em membros dos órgãos de administração e gestão de clientes institucionais do BANCO com o objetivo de gerar negócio no futuro, de forma tal que se beneficiam essas pessoas em detrimento dos restantes clientes do BANCO.

- Situação 4: a empresa ou a pessoa relevante desenvolve a mesma atividade que o cliente.

Não foram identificados possíveis cenários nos quais se possa equacionar um conflito de interesses deste tipo.

- Situação 5: a empresa ou a pessoa relevante recebe ou vai receber de um terceiro um incentivo relacionado com o serviço prestado ao cliente, sob a forma de numerário, bens ou serviços, diverso da comissão ou retribuição habitual pelo serviço em causa. Esta situação pressupõe que, ou o BANCO ou alguma sociedade do seu Grupo, ou a pessoa sujeita ao RIC, ou a pessoa relevante que presta o serviço de investimento, vai receber, de outra pessoa diversa do cliente, algum tipo de incentivo, para além da comissão que o BANCO recebe habitualmente pela prestação do serviço de investimento.

Como guia de apoio na identificação, apresentam-se de seguida exemplos mais concretos de cenários nos quais um BANCO ou uma pessoa pertencente ao mesmo possa receber um incentivo relativamente a um serviço prestado a um cliente:

1. Uma gestora promove atividades de compensação (por ex. através de viagens, refeições, ou atividades similares) junto dos funcionários do BANCO que desenvolvam um maior trabalho de comercialização dos seus produtos.

Atualmente, as gestoras de Instituições de Investimento Coletivo com que o BANCO trabalha não desenvolvem este tipo de atividades, mas se no futuro as vierem a realizar, implicaria um potencial conflito de interesses, que seria tratado de acordo com os princípios detalhados na presente política.

2. Qualquer incentivo identificado na política de incentivos que possa entrar em conflito com o dever do BANCO atual com

honestidade, imparcialidade e profissionalismo no ótimo interesse dos seus clientes.

Adicionalmente, no Anexo I da presente Política inclui-se, por cada um dos serviços de investimento e serviços auxiliares prestados pelo BANCO, uma identificação dos cenários suscetíveis de gerarem conflitos de interesses e as medidas de gestão e de atenuação de cada um deles.

Poderão ocorrer outros conflitos decorrentes da contratação de produtos ou a realização de operações muito concretas e que seriam objeto de identificação, gestão e registo por parte do BANCO.

Se em qualquer área do BANCO, ou do seu Grupo, for identificado um possível cenário de conflito de interesses que não tenha sido detetado anteriormente e abrangido pela presente Política, deverá dar-se conhecimento imediato da situação à área de Conduta do Mercado de Valores ou ao departamento que assegure as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores, adotando, enquanto a situação não tiver sido analisada pela Direção, as medidas que considerem oportunas para a sua gestão. A função de Conduta do Mercado de Valores, ou o departamento que assegurar a funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores, analisará o cenário identificado e proporá as medidas para a sua gestão que considerem mais adequadas e que serão incluídas na próxima revisão da presente Política.

3. PROCEDIMENTOS E MEDIDAS PARA A GESTÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

3.1. Princípios Gerais

Os procedimentos e medidas para a gestão dos conflitos de interesses devem ter por objeto garantir:

- O grau indispensável de independência na prestação dos serviços de investimento.

- O princípio da proporcionalidade (em função da dimensão e atividades do BANCO e do seu grupo, e a importância do risco de prejuízo para os interesses dos clientes).

- A prioridade dos interesses dos clientes face aos do BANCO e do seu Grupo e a igualdade de tratamento entre os diferentes clientes.

3.2. Procedimentos e medidas específicas

Uma pessoa não poderá desempenhar funções no BANCO que, por serem geradoras de conflitos de interesses, devam ser consideradas incompatíveis.

As pessoas cujas funções principais sejam a prestação de serviços de investimento por conta ou a favor de clientes com interesses contrários ou que de algum modo possam representar interesses diferentes e que possam entrar em conflito, serão objeto de supervisão direta em separado. Desta forma, não será possível a pessoa exercer influência inadequada sobre a forma como outra presta serviços de investimento aos clientes.

Os procedimentos para impedir ou controlar o intercâmbio de informação entre pessoas sujeitas ao presente que participam em atividades que comportem o risco de conflito de interesses, bem como o estabelecimento de Áreas Separadas no BANCO e no seu Grupo, constam da Norma sobre Áreas Separadas e Barreiras de Informação que desenvolve o Título III do RIC relativamente à Prevenção do Abuso de Mercado.

São adicionalmente estabelecidos os procedimentos e medidas infra descritos, de acordo com a aplicação dos princípios gerais assinalados:

- a. É proibida a existência de qualquer relação direta entre a remuneração de qualquer pessoa abrangida pelo âmbito de aplicação da presente Política de Gestão de Conflitos de Interesses e a atividade por elas ou por outras áreas desenvolvida, quando da referida retribuição possam surgir conflitos de interesses no desempenho da atividade profissional.

Para o efeito, o Capital Humano assegurar-se-á que os sistemas de retribuição garantam: (1) a inexistência de esquemas de retribuição ligada entre áreas separadas que possam potenciar conflitos de interesses; e (2) a inexistência de esquemas de retribuição dentro de uma mesma área, que possam potenciar os referidos conflitos. As possíveis incidências a este respeito serão comunicadas ao

Departamento de Conduta do Mercado de Valores ou ao departamento que desempenhar todas as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores.

- b. Em qualquer caso, de acordo com a legislação em vigor, nos casos em que for prestado o serviço de consultoria em matéria de investimentos, os produtos que forem recomendados ao cliente deverão cumprir o perfil de risco do cliente ao qual são recomendados.

- c. Serão cumpridas as exigências legais estabelecidas nos casos em que for prestado o serviço de colocação de instrumentos financeiros em geral, sendo maximizada a diligência nos casos em que seja prestado o serviço de colocação de instrumentos financeiros emitidos pelo BANCO ou por sociedades do seu Grupo. Em particular, exigir-se-á que o serviço de colocação se preste de forma imparcial colocando sempre em primeiro lugar o interesse do cliente face ao do próprio BANCO ou das sociedades do seu Grupo e facultando ao cliente toda a informação acerca do produto de forma objetiva, exata, suficiente, compreensível e não enganosa. Para o efeito, na colocação de novos produtos, o departamento de Conduta do Mercado de Valores ou o departamento que desempenhar as funções de cumprimento nos mercados de valores, deverá rever e validar as condições do produto, a informação a disponibilizar ao cliente, bem como o grupo alvo a que se dirigirá a oferta e a forma de comercialização.

- d. Não é permitida a rotação excessiva das carteiras com a finalidade de cobrar mais comissões.

- e. Em caso algum poderão ser aceites as pessoas abrangidas por esta Política de Gestão de Conflitos de Interesses ou as pessoas com as quais aquelas tenham uma relação familiar nos termos da definição constante do RIC, nem as sociedades que aquelas controlem efetivamente, nem qualquer outra interposta pessoa, ofertas, comissões, nem qualquer outra oferta que possa condicionar a objetividade e independência da tomada de decisões. Entende-se como tal os casos em que o valor da oferta recebida seja desproporcionado ou anormal face aos bons usos e costumes da relação comercial.

- f. Foram implementados procedimentos para a boa Execução Ótima das Ordens dos nossos clientes, constantes da correspondente Política, com a finalidade de assegurar quer não se coloca nenhuma situação de conflito de interesses na qual sejam enviadas ordens de clientes para mercados ou centros de execução em benefício do BANCO.

- g. Foram implementados procedimentos para a Gestão das Ordens, constantes da correspondente Política, com a finalidade de assegurar quer não se coloca nenhuma situação de conflito de interesses na qual se favoreça um cliente em detrimento de outro.

- h. As pessoas abrangidas pela presente Política ou as pessoas ou entidades vinculadas às mesmas deverão solicitar autorização à área de Conduta do Mercado de Valores, ou ao departamento que desempenhar as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores, previamente à sua formalização, relativamente às ordens sobre os valores emitidos pelo próprio BANCO ou sociedades do seu Grupo que desejem realizar a colocação por conta própria, pelo menos na sessão imediatamente anterior àquela em que desejem dar a ordem ou realizar a operação.

- i. Da mesma forma, as pessoas abrangidas pela presente Política não poderão, de forma direta ou indireta, dar oferta ou outro tipo de remuneração a clientes ou a outro tipo de entidades com as quais o BANCO ou o seu Grupo mantenham algum tipo de relação, que possa exceder os hábitos comerciais ou usos do próprio BANCO.

- j. Adicionalmente, as pessoas abrangidas pela presente Política também não poderão receber qualquer inventivo de terceiros que possa constituir uma situação de conflito de interesses entre o BANCO e um cliente ou entre clientes.

- k. Uma mesma pessoa, de entre as abrangidas pela presente Política, não poderá ser administradora em duas sociedades que desenvolvam a mesma atividade, sempre que a referida atividade estiver relacionada com os Mercado de Valores e a prestação de serviços de investimento, exceto se existir autorização do Conselho

de Administração mediante parecer prévio favorável da Comissão de Nomeações.

l. As pessoas relevantes do BANCO ou do seu Grupo, abrangidas pela presente Política não poderão desempenhar cargos, funções ou representações em empresas concorrentes, empresas fornecedoras de bens e serviços ou em sociedades que possuam uma relação de domínio ou de controlo em empresas concorrentes, sempre que dessa situação possa emergir um conflito de interesses para a pessoa relevante.

m. As pessoas relevantes e membros do Conselho de Administração abrangidos pela presente Política que integrarem os Órgãos de Administração de entidades não financeiras (quer em nome próprio quer em representação de o BANCO ou do seu Grupo), devem exercer as suas funções e atribuições sem incorrer em conflitos de interesses. Neste sentido atendendo ao procedimento específico relativo a Operações Vinculadas Principais, quando as operações que forem realizadas sejam consideradas vinculadas em virtude do indicado no mesmo, e não forem realizadas nas condições normais de mercado, deverão ser transferidas pelo órgão ordinário de aprovação (que nestes casos será proposto), para a Direção Geral de Governação Corporativa e Assuntos Jurídicos, para que sejam incluídas na agenda da reunião seguinte da Comissão de Auditoria e Cumprimento para que elabore o seu relatório, pronunciando-se em especial sobre a inocuidade da operação para o património social, sobre a igualdade de tratamento, quanto às condições de mercado e à transparência do processo.

n. Nenhuma pessoa relevantes do BANCO ou do seu Grupo poderá aumentar o número de ordens de clientes para a sua execução no Mercado, com o objetivo de aumentar os volumes negociados.

o. De acordo com o estabelecido no parágrafo 2.2 B) anterior, apenas as pessoas sujeitas ao RIC deverão apresentar perante o Comité de Cumprimento do BANCO, e manter permanentemente atualizada, uma declaração na qual detalhem os seus vínculos relativamente aos quais possa surgir um conflito de interesses nos termos estabelecidos na presente Política.

p. A aceitação de qualquer cargo, designação ou nomeação alheios à sua atividade profissional no BANCO ou em sociedade do seu Grupo por parte de um funcionário, que possa condicionar a sua independência, deverá ser previamente autorizada pelo Comité de Cumprimento.

No caso de o departamento de Conduta do Mercado de Valores ou o do departamento que desempenhar as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores terem conhecimento de situações que impliquem um risco de influência sobre uma pessoa sujeita que possa implicar um potencial conflito de interesses, proporá ao Comité de Cumprimento a adoção de medidas oportunas para eliminar o referido risco.

3.3. Resolução de conflitos

Se apesar das medidas específicas constantes do parágrafo anterior, ocorrer alguma situação concreta de conflito de interesses, deverão ser iniciados os seguintes procedimentos com vista à sua resolução.

A resolução dos potenciais conflitos de interesses que possam surgir serão da responsabilidade, consoante a área em que surgir o mesmo, de:

A. Área separada

No caso de conflitos que surjam no âmbito de uma área separada, os conflitos de interesses serão resolvidos pelo responsável da área separada afetada.

B. Entre várias áreas separadas com superior hierárquico imediato comum.

Na eventualidade de afetar várias áreas, será resolvido pelo superior hierárquico imediato comum a todas elas.

C. Outros casos

Se o conflito surgir entre diferentes áreas separadas que não tenham um superior hierárquico imediato em comum ou no âmbito de uma área não identificada como área separada, ou em qualquer outro âmbito, será dirimido por quem for designado pelo Presidente do Comité de Cumprimento. No caso das áreas envolvidas não estarem de acordo com a designação efetuada pelo Presidente do referido Comité, deverá ser convocada uma reunião do Comité para designação do responsável pela resolução do conflito

identificado.

Em qualquer caso, se surgir alguma dúvida acerca da forma de resolver o conflito, poderá ser consultado o departamento de Conduta do Mercado de Valores, ou o departamento que desempenhar as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores.

Na resolução dos conflitos de interesses, deverão ser tidas em conta as seguintes regras:

a. No caso de conflito de interesses entre o BANCO e um Cliente, deverão ser salvaguardados os interesses deste último.

b. Em caso de conflito entre clientes:

i. procuraremos evitar favorecer qualquer deles.

ii. não poderá em caso algum, serem reveladas a alguns clientes as operações realizadas por outros.

iii. não poderá ser incentivada a operação por um cliente com a finalidade de beneficiar outro.

O responsável pela resolução do conflito deverá comunicar à área de Conduta do Mercado de Valores, ou ao departamento que desempenhar as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores, os conflitos que surgirem, **logo que se tomar conhecimento do conflito que surgiu, bem como a decisão acerca da sua resolução e as possíveis consequências resultantes, com a maior brevidade possível**, de modo a que a referida Área possa efetuar as avaliações que considere oportunas com vista a salvaguardar da melhor forma os interesses dos clientes potencialmente prejudicados. A informação que deverá ser facultada é identificada no parágrafo seguinte.

4. REGISTO DE SERVIÇOS OU ATIVIDADES QUE DÃO ORIGEM A CONFLITOS DE INTERESSES

O departamento de Conduta do Mercado de Valores ou o departamento que desempenhar as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores do BANCO, manterá um registo atualizado dos serviços e atividades de investimento em que tiver surgido um conflito de interesses.

O nível de detalhe da informação necessária para o referido registo é o seguinte:

i. Identidade das pessoas que estiveram expostas ao conflito de interesses.

ii. A data em que teve origem o conflito.

iii. A data em que foi comunicado ao Comité de Conformidade Legal a existência desse potencial conflito e restantes circunstâncias relacionadas com o mesmo.

iv. Os instrumentos ou serviços a que faz referência o conflito.

v. O motivo de surgimento do conflito e a descrição detalhada da situação.

vi. A gestão efetuada relativamente ao conflito e a resolução dada ao mesmo (sanação, minimização ou comunicação ao cliente).

Os potenciais conflitos de interesses deverão ser registados no momento em que forem identificados, de acordo com o previsto na legislação sobre registos mínimos a manter pelas empresas que prestem serviços de investimento.

A Comissão de Auditoria e Cumprimento receberá com frequência mínima anual, relatórios escritos acerca das medidas adotadas para a gestão de conflitos de interesses identificados.

5. COMUNICAÇÕES E ADVERTÊNCIAS A CLIENTES EM MATÉRIA DE CONFLITOS DE INTERESSES

5.1. Comunicação dos aspetos mais relevantes da política

Na informação pré-contratual que anteriormente à formalização de qualquer serviço ou atividade de investimento entre o BANCO e os seus clientes é entregue a todos os clientes, inclui-se um apartado específico sobre a Política de Gestão de Conflitos de Interesses do BANCO e do seu Grupo, em cumprimento do estabelecido na MiFID.

Na referida comunicação consta de forma resumida o objeto da política de Gestão de Conflitos de Interesses:

- identificação de circunstâncias potencialmente geradoras de um conflito de interesses,

- referência à existência de procedimentos e medidas estabelecidas para a prevenção dos conflitos e para a sua gestão,

- obrigação de registo das atividades em que surgiu um conflito de interesses,

- referência aos procedimentos para comunicar previamente aos clientes a existência de um conflito de interesses que não tenha

.../...

podido ser evitado.

No caso de um cliente solicitar a Política de Gestão de Conflitos de Interesses em vigor no BANCO, deverá ser-lhe entregue uma cópia do RIC, bem como das Normas sobre a Política de Operações Separadas, Barreiras de Informação e Tratamento da Informação Privilegiada e da presente (Política de Gestão de Conflitos de Interesses), para tal poderá utilizar o meio que acordar com o cliente e que garanta que foi colocada à sua disposição e que o mesmo a pode conservar.

5.2. Comunicações a efetuar a clientes em situações específicas

Se as medidas adotadas pelo BANCO, de acordo com o estabelecido nos pontos anteriores, não forem suficientes para garantir, com um grau de certeza razoável, que foi evitado o risco de prejuízo para os interesses do(a) cliente(s), o BANCO comunicará aos afetados a natureza e origem do conflito, bem como as medidas adotadas para atenuar o referido risco, anteriormente à prestação do serviço de investimento afetado pelo referido conflito de interesses.

A comunicação ao cliente deverá compreender a existência do próprio conflito de interesses e a natureza ou origem do mesmo, a data em que é efetuada essa comunicação, bem como os possíveis impactos e riscos que poderia comportar no âmbito da prestação do serviço de investimento solicitado. Adicionalmente, indicará claramente que as medidas estabelecidas pelo BANCO para prevenir ou gerir o conflito de interesses não são suficientes para garantir que irá ser evitado o risco de prejuízo para os interesses do cliente, tudo isso com detalhe suficiente para que o cliente possa tomar uma decisão com conhecimento de causa. A referida comunicação será efetuada em suporte duradouro e deverá ficar comprovada a sua realização. Para o efeito, o(s) cliente(s) deverá(ão) assinar uma cópia da mesma.

A comunicação anteriormente descrita deverá constituir uma solução de último recurso, sendo utilizada unicamente nos casos em que as medidas adotadas não forem suficientes para garantir que se evitará prejudicar os interesses do cliente. O recurso excessivo à comunicação a clientes dos conflitos de interesses considera-se que constitui uma deficiência da presente Norma.

O modelo de comunicação aos clientes da advertência a efetuar, bem como a descrição do procedimento estabelecido para a sua comunicação e comprovativo da mesma, deverão ser enviados para o departamento de Conduta do Mercado de Valores, ou para o departamento que desempenhar as funções de conformidade legal no âmbito dos mercados de valores, pelo responsável pela resolução do potencial conflito identificado. O original da comunicação efetuada ao cliente deverá ser arquivado pelo balcão ou pelo departamento que efetuou a comunicação.

Em caso de dúvida acerca da advertência a realizar, poderá ser consultada o departamento de Conduta do Mercado de Valores, ou o departamento que desempenhar as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores.

Quando os clientes não dão o seu consentimento ao conflito de interesses comunicado através da assinatura da referida comunicação, o BANCO abster-se-á de prestar o serviço de investimento afetado por um conflito de interesses que não possa ser adequadamente controlado para evitar qualquer possível efeito negativo sobre os clientes.

6. REGIME PARA OPERAÇÕES VINCULADAS ENTRE DEPOSITÁRIO E ENTIDADES DEPOSITADAS

6.1. Âmbito de aplicação subjetivo

Consideram-se operações vinculadas as que são realizadas pelas pessoas ou entidades enumeradas no artigo 35 do RIC, ou seja, as efetuadas pelo BANCO com as seguintes entidades para as quais preste o serviço de depósito:

- a) As entidades gestoras de fundos de pensões, quando estas operações afetem um fundo de pensões relativamente ao qual a entidade atua como gestora e o BANCO como depositário.
- b) Qualquer outra entidade que pertença ao seu mesmo Grupo, quando afetem um fundo de pensões relativamente ao qual atue como depositário.

c) Qualquer promotor ou entidade do seu grupo, de planos de pensões adstritos a um fundo de pensões do qual o BANCO atue como depositário.

6.2. Âmbito de aplicação objetivo

Consideram-se operações vinculadas as seguintes:

- a) A cobrança de remunerações pela prestação dos serviços a um Fundo de Pensões, exceto os correspondentes ao BANCO na qualidade de Depositário do Fundo em que ocupar tal posição.
 - b) A obtenção por um Fundo de Pensões, do qual o BANCO seja Depositário, de financiamento ou constituição de depósitos.
 - c) A aquisição por um Fundo de Pensões, do qual o BANCO seja Depositário, de valores ou instrumentos emitidos ou objeto de aval por alguma das pessoas definidas no ponto 6.1 ou em cuja emissão alguma das referidas pessoas, atue como colocador, garante, diretor ou assessor.
 - d) Qualquer negócio, transação ou prestação de serviços nos quais intervenha um Fundo de Pensões, do qual o BANCO seja depositário, e qualquer empresa do seu grupo económico ou dos promotores dos Planos de Pensões adstritos aos Fundos de Pensões dos quais o BANCO seja Depositário, ou de algum dos membros dos seus respetivos conselhos de administração; qualquer membro das Comissões de Controlo do Fundo de Pensões ou dos Planos de Pensões adstritos; ou outro Fundo de Pensões ou património gerido pela mesma sociedade gestora ou por outra entidade Gestora do grupo.
- Também serão consideradas operações vinculadas as operações previstas no presente parágrafo quando forem levadas a cabo através de interpostas pessoas ou entidades.

6.3. Operações não vinculadas

Para efeitos deste regime especial, não se consideram operações vinculadas as seguintes:

- a) As realizadas por um Fundo de Pensões, do qual o BANCO seja o Depositário, com o BANCO, que forem consequência necessária das funções assumidas por este como tal.
- b) A compra e venda de ações de Sociedades de Investimento e as subscrições e reembolsos de participações de Fundos de Investimento.
- c) As operações que forem realizadas em mercados regulados nas condições estabelecidas nos mesmos com livre formação de preços e concorrência.

6.4. Condições para a realização de operações vinculadas

As operações vinculadas, de acordo com o estabelecido no presente parágrafo 6 da Norma Geral, deverão ser realizadas no interesse exclusivo do Fundo de Pensões, dos quais o BANCO seja Depositário, e a preços e em condições iguais ou melhores do que as do mercado. As sociedades gestoras correspondentes deverão regular os seus próprios procedimentos internos de aprovação e informação das referidas operações vinculadas.

7. PRINCÍPIOS QUE REGEM A ELABORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ANÁLISES FINANCEIRAS

7.1. Definição de relatório de investimento

A legislação em vigor define os relatórios de investimento como: Qualquer informação que, sem ter em conta as circunstâncias pessoais concretas do cliente a que se destina, recomende ou proponha uma estratégia de investimento, de forma explícita ou implícita, sobre um ou vários instrumentos financeiros, incluindo qualquer parecer sobre o valor ou preço atual ou futuro de tais instrumentos, sempre que a informação se destinar aos canais de distribuição ou ao público e desde que sejam cumpridas as seguintes condições:

- a. Que o relatório de investimento se qualifique como tal, ou como análise financeira ou qualquer termo semelhante a estes, ou ainda que seja apresentado como uma explicação objetiva ou independente dos emitentes ou instrumentos sobre os quais efetua recomendações;
- b. Que, quando a recomendação for efetuada por uma empresa de serviços de investimento a um cliente, não constitua consultoria em matéria de investimento, em conformidade com o estabelecido na legislação do mercado de valores.

Toda a informação que não cumprir os requisitos da definição do

.../...

parágrafo anterior deverá ser considerada comunicação publicitária, devendo ser claramente identificada como tal.

7.2. Princípios e regras aplicáveis

O BANCO não elabora atualmente relatórios de investimento (research). Nesta matéria o BANCO limita-se a divulgar ao público ou a clientes, relatórios de investimento elaborados por terceiros, cumprindo neste sentido, as condições estabelecidas na legislação:

- A pessoa que elabora os relatórios de investimento e os fornece ao BANCO não é membro do Grupo.
- O BANCO não altera as recomendações descritas nos relatórios de investimento.
- O BANCO não apresenta o relatório de investimento como sendo elaborado pelo próprio.
- Por último, ao serem divulgados relatórios de investimento de uma empresa de prestação de serviços de investimento espanhola, esta está sujeita aos requisitos de prevenção de conflitos de interesses e adotando as medidas adequadas relacionadas com a gestão dos conflitos de interesses.

8. REGRAS SOBRE A ATRIBUIÇÃO E DESAGREGAÇÃO DE ORDENS GLOBAIS

Com o objetivo de evitar possíveis conflitos de interesses, quando se transmitir ao mercado, ou a outro intermediário para sua execução, uma ordem global ou que não identifique o titular por conta do qual atua, serão observadas as seguintes regras:

- a) A decisão de investimento a favor de um determinado cliente,

ou da própria entidade ou do seu grupo, deverá ser aprovada previamente à transmissão da ordem ao intermediário e, conseqüentemente, antes de ser conhecido o resultado da operação.

- b) As unidades competentes da entidade deverão dispor de critérios pré-estabelecidos de distribuição ou desagregação de ordens globais, que se baseiam nos princípios da equidade e da não discriminação.

O cumprimento dos requisitos anteriores deverá ficar comprovado documentalmente, de forma objetiva, verificável e não manipulável.

9. REVISÃO PERIÓDICA DA POLÍTICA

O departamento de Conduta do Mercado de Valores, ou o departamento que desempenhar as funções de cumprimento no âmbito dos mercados de valores, procederá à revisão com periodicidade anual da Política de Gestão de Conflitos de Interesses, tendo em conta as eventuais alterações ocorridas na legislação comunitária, a sua transposição e desenvolvimento legislativo nacional e os procedimentos internos, revendo ainda a eficácia das medidas preventivas e o cumprimento prático dos procedimentos para a identificação, gestão e comunicação dos conflitos de interesses que tiverem surgido, cujos resultados integrarão o relatório anual que apresentará à Direção de Topo. Nestes termos, aquela área será responsável por informar os diferentes responsáveis quanto às alterações significativas que irão ser implementadas na política.

ANEXO I: RELAÇÃO DE CENÁRIOS SUSCETÍVEIS DE GERAR UM CONFLITO DE INTERESSE E MEDIDAS DE GESTÃO

SERVIÇO DE INVESTIMENTO AUXILIAR	IDENTIFICAÇÃO DO CONFLITO	MEDIDAS DE GESTÃO
Receção, transmissão e execução de ordens de clientes	Venda de valores por conta do cliente em mercados com pouca liquidez ou não transparentes.	Política de Execução de Ordens
	Receção de ordens de um cliente relativamente a determinados ativos atrasando a compra/venda do mesmo ativo por parte de outro cliente até não ter sido executada a operação do primeiro.	Política de Gestão de Ordens
	Intermediação de Operações por conta de clientes não profissionais e de clientes institucionais: atribuindo posteriormente os melhores preços a clientes institucionais.	Política de Gestão de Ordens
Consultoria em matéria de investimento e de Gestão Discricionária de Carteiras	Recomendação de produtos que geram maior margem para o BANCO ou retribuição para a pessoa relevante,	Política Remuneratória Questionário de Perfil de Risco e Avaliação de Conhecimentos e Experiência do cliente
	Recomendação de um fundo com comissão de gestão ou comercialização superior à de outros fundos comparáveis.	Questionário de Perfil de Risco e Avaliação de Conhecimentos e Experiência do cliente Política de Execução de Ordens
	Existência, entre os produtos sobre os quais se pode prestar consultoria, de produtos próprios do BANCO ou do seu Grupo.	Questionário de Perfil de Risco e Avaliação de Conhecimentos e Experiência do cliente
	Rotação excessiva das carteiras com a finalidade de cobrar mais comissões.	Proibição de rotação excessiva das carteiras.
	Remuneração da carteira em função dos resultados desta.	Política Remuneratória Questionário de Perfil de Risco e Avaliação de Conhecimentos e Experiência do cliente
Colocação de instrumentos financeiros	Oferecer empréstimos com taxas abaixo do mercado a investidores, na condição de que os fundos sejam utilizados para subscrever os instrumentos financeiros emitidos	Procedimento de colocação de instrumentos financeiros
	Incentivar os clientes a adquirir os instrumentos financeiros emitidos nos primeiros dias de negociação para assegurar o êxito de uma emissão	Procedimento de colocação de instrumentos financeiros
	Assessorar uma empresa (na qual tenha uma elevada exposição) na emissão de instrumentos financeiros para transferir o risco de crédito para os clientes.	Procedimento de colocação de instrumentos financeiros
	Colocação de instrumentos financeiros em membros dos órgãos de administração e gestão de clientes institucionais do BANCO com o objetivo de gerar negócio no futuro.	Procedimento de Colocação de instrumentos financeiros Política de Alocação

SERVIÇO DE INVESTIMENTO AUXILIAR	IDENTIFICAÇÃO DO CONFLITO	MEDIDAS DE GESTÃO
Comuns a qualquer serviço de investimento	Venda cruzada	Proibição de condicionar a contratação de um produto ou a prestação de um serviço *a aquisição de produtos ou serviços adicionais.
	Recebimento de incentivos de terceiros relacionados com a prestação de serviços de investimento ao Cliente.	Política de Incentivos.
	Venda de produtos de investimento garantidos pelo BANCO que possam implicar perdas ou a recuperação do investimento a longo prazo.	Questionário de Avaliação de Conhecimentos e Experiência e/ou advertências ao cliente Questionário de Perfil de Risco e Avaliação de Conhecimentos e Experiência do cliente
	Concessão de empréstimos do BANCO ao cliente para alavancar os seus investimentos.	Questionário de Avaliação de Conhecimentos e Experiência e/ou advertências ao cliente Questionário de Perfil de Risco e Avaliação de Conhecimentos e Experiência do cliente
	Ligação entre Conselhos de Administração.	Procedimento específico relativo a Operações Vinculadas Principais